

A interdisciplinaridade como prática teórica

Interdisciplinarity as a theoretical practice

Aurea Maria Zöllner Ianni¹

DOI: 10.1590/0103-11042022E603

NÍSIA TRINDADE LIMA, NO ARTIGO 'PANDEMIA E INTERDISCIPLINARIDADE: desafios para a saúde coletiva'¹, convida ao exercício interdisciplinar, argumentando que a pandemia de Covid-19 é um fenômeno inteiramente novo, cujas tendências implicam inflexões e mudanças em um rumo ainda não dado. A autora aborda questões teóricas e metodológicas, oferecendo uma pauta de temas de pesquisa, ação e intervenções político-sanitárias. Propõe valorizar a diversidade de conhecimentos, em agenda científica voltada às “questões do presente e de um futuro com um grau ainda maior de incertezas”¹⁽²¹⁾.

Adota a perspectiva interdisciplinar dialógica direcionada mais “à proposição de problemas e à busca de respostas” do que a um processo “orientado por epistemologias e metodologias perfeitamente definidas”¹⁽¹¹⁾. Enfatiza a prática do diálogo interdisciplinar, reconhecendo, entretanto, que, no campo da saúde coletiva, esse diálogo tem sido mais postulado que efetivamente realizado, pois os esforços tendem a “hierarquizar conhecimentos”, secundarizando, por vezes, “a importância das ciências sociais”¹⁽¹³⁾. Ao final, a autora convoca a saúde coletiva à definição de “uma agenda de problemas teóricos e práticos necessários ao enfrentamento das transformações em curso”¹⁽²¹⁾.

O esforço prático do diálogo interdisciplinar em torno de problemas concretos é exercício fundamental. Entretanto, a aproximação às epistemologias e às metodologias das diferentes ciências talvez seja também inevitável.

Japiassu² sistematiza os três eixos epistemológicos da ciência moderna: o da ciência rigorosa, o da biologia e o da cultura e da história. O primeiro instaura o modelo mecanicista da escrita matemática, preocupada em estabelecer escalonagens precisas e relações constantes, tendo sido o eixo que estabeleceu o modelo de cientificidade, sobretudo inspirado na física, privando o que viriam ser as ciências humanas de seu sujeito e objeto. O segundo, da biologia, afirmou a “irredutibilidade da vida”²⁽¹⁰⁰⁾ enquanto pressuposto humano sob o tema da evolução, ao instaurar uma “filosofia da natureza pondo em ação o dinamismo da vida, imanente à matéria”²⁽¹⁰⁰⁾. Assim, “toda a história converte[u]-se em história natural”²⁽¹⁰¹⁾, com um certo sentido; a ordem humana passou a ser explicada por uma certa racionalidade de sentido da vida. O terceiro, da cultura e da história, foi permeado pela ideia do progresso de uma humanidade que “não constitui uma espécie natural, mas uma ideia histórica, uma vocação para a civilização”²⁽¹⁰²⁾; um historicismo que sistematiza e condiciona todo o devir humano à civilização e ao progresso e que, também, desvincula todo ser social da natureza, “o ser humano, orgânico em sua estrutura, é cultural em seu desenvolvimento”²⁽¹⁰³⁾. Assim, nos termos de Japiassu, a matriz das ciências modernas impôs ao ‘homem’ e ao mundo natural uma racionalidade específica, que o privou de parte de si mesmo e o apartou do mundo natural.

¹Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Saúde Pública (FSP) – São Paulo (SP), Brasil.
aureanni@usp.br



Muitos dos problemas sanitários, hoje, expressam, em certa medida, algumas fraturas desses, e dentre esses, eixos epistemológicos.

A saúde coletiva, “empreendimento interdisciplinar”¹⁽¹²⁾ desde a sua origem, segundo a autora, assumiu desafios teórico-epistemológicos importantes. Entretanto, não escapou à herança epistemológica moderna – visto que toda ciência se inscreve em determinado contexto histórico-social –, deixando fraturas a serem agora revisitadas.

O campo realizou uma crítica consistente às dimensões mecanicistas e biológicas da ciência moderna tendo por referência os processos em saúde-doença e os corpos humanos individuais e coletivos. Problematizou a ideia de corpo-máquina, o foco na normalidade estabelecida pelo marco biomédico, e a naturalização do meio do modelo ecológico da doença³⁻⁶. Deixou de problematizar, porém, o tema da evolução, central no que se refere ao eixo da biologia. A crítica, nesse eixo, recaiu sobre o entendimento de que vida, morte, dor, crescimento, deterioração etc. não pertencem apenas a uma espontaneidade biológica, mas também ao social. Salto epistêmico inigualável⁷. Entretanto, a dimensão biológica em si não foi problematizada, permanecendo como se fosse essencialista, determinada, universal, desprovida de narrativa histórica^{7,8}. Estabeleceu-se assim uma fratura na crítica à biologia. Tomaram-se os corpos e os processos em saúde-doença como socialmente determinados⁹, tendo sido mantida uma biologia dos corpos e dos processos em saúde-doença biologicamente naturalizados, matéria imanente. Não se problematizou a evolução, tampouco a biologia como ciência, que permaneceu resguardada no interior do campo. Quando a autora convoca à reflexão sobre a relação biológico-social, posiciona a crise sanitária exatamente nesta fratura, a da necessária historicização do biológico, do mundo natural, da biologia.

A saúde coletiva também não problematizou o eixo da cultura e da história, nos termos de Japiassu, de que o eixo realizou a elegia

do humano como expressão da civilização, do desenvolvimento e do progresso, desvinculando-o do mundo natural. Exatamente nessa fratura, outro desafio é mencionado pela autora, a “visão simplificada”¹⁽¹⁴⁾ de transição epidemiológica que repõe de imediato os temas da evolução e do progresso, articulando os eixos da biologia e da cultura e história. Parte da literatura sobre a crise do mundo contemporâneo vem discutindo os marcos da modernidade em função da dimensão destrutiva do capitalismo industrial e pós-industrial (infocomunicacional), bem como pela dimensão destrutiva da ideia de progresso. Nisbet¹⁰, discutindo o “triunfo do progresso”, mostra como a ideia esteve articulada às de evolução – biológica e social – e de desenvolvimento, chegando em fins do século XIX a uma “afinidade íntima entre a fé no progresso e fé no que hoje chamaríamos de crescimento econômico”¹⁰⁽¹⁸⁶⁾. Essa questão se traduz na pandemia de Covid-19, atravessada simultaneamente pela relação de apropriação da natureza pelo homem em contexto de progresso social, intensa urbanização das populações e globalização, diz a autora.

Tem sido difícil estabelecer os contornos entre o que caracteriza, nos dias de hoje, um fenômeno como “inteiramente novo”¹⁽¹⁷⁾ – expressão da autora – e outro novo, desconhecido. Ela mesma diz que “não se trata obviamente de fenômeno novo”¹⁽¹⁴⁾, sobre a pandemia. O paradoxo não é falácia, mas real. Reflete fraturas expostas, e constitui pistas que convocam à “necessidade de novas abordagens”¹⁽¹⁰⁾, diz a autora. Essa é a dialética da modernização, que ilumina “as forças contraditórias”¹¹⁽³⁴⁾ e contribui para o avanço do conhecimento.

Sobre a agenda do desenvolvimento sustentável, especificamente a relação de animais humanos e não humanos, a autora menciona o padrão de infecção-não infecção do vírus Sars-CoV-2, que indica outra fratura do eixo da cultura e história, a que apartou a civilização e o mundo natural; ou melhor, subjugou o mundo natural aos desígnios da civilização e do progresso. Keith Thomas¹², em belíssimo

trabalho sobre o predomínio do humano no mundo natural, sobre as formas de sujeição e de constituição às de conservação das fronteiras entre os diferentes – humanos, não humanos, humanos e mundo natural –, descreve as classificações escalonadas que construíram uma lei universal sobre a primazia do humano. Isso capacitou os cientistas a defenderem “que a consciência pode ser explicada mecanicamente”¹²⁽³⁹⁾, o que produziu o efeito de degradar não apenas o mundo vegetal como também os bichos e os “seres humanos inferiores”; tema exaustivamente problematizado pelas teorias de gênero, decoloniais e pós-coloniais. “A Natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana”, disse J. Cockburn em 1696, citado por Thomas¹²⁽³²⁾. Nesse sentido a civilidade, a religião e a educação erudita elevavam o homem acima da natureza garantindo a dominância da espécie humana, europeia.

O fato de um vírus que originalmente não infectava humanos ter se tornado protagonista histórico, como o Sars-CoV-2, reacende a atenção aos inúmeros recursos do mundo natural. Lewontin¹³ lembra que os organismos mudam a sua natureza física em estreita relação com o mundo externo, o ambiente, ao mesmo tempo que a mudança ambiental é induzida pela atividade vital dos organismos, e que esse processo se dá tanto na produção quanto na destruição das condições de existência dos organismos e meios. A complexidade do biológico é imensa. É possível, então, concordar com Mayr⁸, que a biologia como ciência deve ser entendida como “compreensão do pensamento da população, probabilidade, chance, pluralismo, emergência, e narrativas históricas”^{8(xiii)} [tradução livre], o que desafia o eixo epistemológico da cultura e da história.

Como empreender uma agenda científica em torno de problemas concretos e complexos reconhecendo o futuro de incertezas, visto que os eixos epistemológicos giram em torno de uma cientificidade das relações constantes, da essencialidade irredutível da matéria imanente, da certeza da evolução e do progresso sob

a elegia do humano? Tais eixos implicaram certezas – tanto na diretividade positiva com relação ao futuro quanto na potência humana em solucionar toda e qualquer adversidade, todo e qualquer desafio posto à humanidade. Os pressupostos da ‘transição epidemiológica’ e da ‘erradicação’ de doenças expressaram esse ideário.

O desafio permanece. Que tipo de epistemologia(s) cabem às ciências em contexto de incertezas? Que teorias e práticas são necessárias em contexto de incertezas autoproduzidas?

Coole & Frost¹⁴ sugerem ‘novos materialismos’. Ao problematizarem o materialismo, não o fazem apenas com relação ao biológico e social, mas também ao social-social.

A história emerge aqui como a contínua transformação das formas de manutenção por novas, de eventos indecifráveis e não antecipados, com um corolário de lições de que a intervenção aleatória talvez seja mais eficaz que o paciente entendimento das trajetórias e do trabalho sobre as continuidades que a lógica interna do desenvolvimento pode suportar. [tradução livre]¹⁴⁽³⁵⁾.

Beck¹⁵⁽³⁶⁶⁾, reconhecendo o conceito de vulnerabilidade social como fundamental para a compreensão da sociedade de risco, fala nesse conceito que “transforma e radicaliza a categoria ‘classe’”¹⁵⁽³⁶⁶⁾, conceito-síntese; e posiciona a questão sobre as incertezas.

Os futuros possíveis da modernidade poderiam deixar de ver-se como *oportunidade* para atuar e contemplar – em um horizonte de sentido teórico e politicamente ainda aberto – como futuros arriscados que *forçariam a (contra)atuar preventivamente*. Junto à ‘clarificação’ de ‘futuro em demasia’ entra em cena uma renovada e cética ilustração sobre a necessidade de uma configuração preventiva do futuro: o futuro se aborda *negativamente* e *daí* o seu impulso para sobreviver. [itálicos e aspas do autor]¹⁶⁽³⁰⁸⁾.

Essas breves considerações sugerem pensarmos em diferentes agendas interdisciplinares na/para a saúde coletiva; e, ainda, em uma agenda de (auto)transformação teórico-prática em contexto de profundas transformações contemporâneas, crises e incertezas. Enfrentar tais fraturas implica, sobretudo, nos termos de Nísia Trindade, não hierarquizar conhecimentos. Nas palavras de Geertz¹⁷⁽⁸⁵⁾, a “capacidade da nossa imaginação para aprender o

que está diante de nós”, e reconhecer que as ciências “são construídas no tempo”; se não, estarão fadadas a “se transformar num mito encobridor”¹⁷⁽¹⁴¹⁾.

Colaboradora

Ianni AMZ (0000-0003-1366-8651)* é responsável pela elaboração do manuscrito. ■

Referências

1. Lima NT. Pandemia e interdisciplinaridade: desafios para a saúde coletiva. *Saúde debate*. 2022; 46(esp6):9-24.
2. Japiassu H. Nascimento e morte das ciências humanas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; 1978.
3. Mendes Gonçalves RB. Reflexão sobre a Articulação entre a Investigação Epidemiológica e a Prática Médica a propósito das Doenças Crônico-Degenerativas. In: Costa DC, organizadora. *Epidemiologia: Teoria e Objeto*. São Paulo: Editora Hucitec-Abrasco; 1990. p. 39-86.
4. Camargo Jr KR. *Biomedicina, saber & ciência. Uma abordagem crítica*. São Paulo: Editora Hucitec; 2003.
5. Arouca S. *O Dilema Preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003.
6. Pereira JCM. *Medicina, Saúde e Sociedade*. Ribeirão Preto: Complexo Gráfico Villimpres; 2003.
7. Ianni AMZ. *Mudanças sociais contemporâneas e saúde. Estudo sobre teoria social e saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec; 2018.
8. Mayr E. *This is Biology. The Science of Living World*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press; 1997.
9. Stotz EN. A Saúde Coletiva como projeto científico: teoria, problemas e valores na crise da modernidade. In: Canesqui AM, organizadora. *Ciências Sociais e Saúde*. São Paulo: Editora Hucitec; 1997. p. 273-284.
10. Nisbet R. *História da Ideia de Progresso*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; 1985.
11. Berman M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras; 1986.
12. Thomas K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

13. Lewontin R. *Biology as ideology: the doctrine of DNA*. New York: Harper Collins; 1991.
14. Coole D, Frost S. *Introducing the new materialisms*. In: Coole D, Frost S, editores. *New materialisms. Ontology, agency and politics*. Durham: Duke University Press; 2010. p. 1-43.
15. Beck U. Anexo: diálogo com Ulrich Beck, Arthur Bueno. In: Beck U. *Sociedade de Risco. Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34; 2011. p. 361-376.
16. Beck U. *La Sociedad del Riesgo Mundial. En Busca de la Seguridad Perdida*. Barcelona: Paidós; 2008.
17. Geertz C. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2001. p. 131-142.

Recebido em 24/01/2022

Aprovado em 22/06/2022

Conflito de interesses: inexistente

Suporte financeiro: não houve